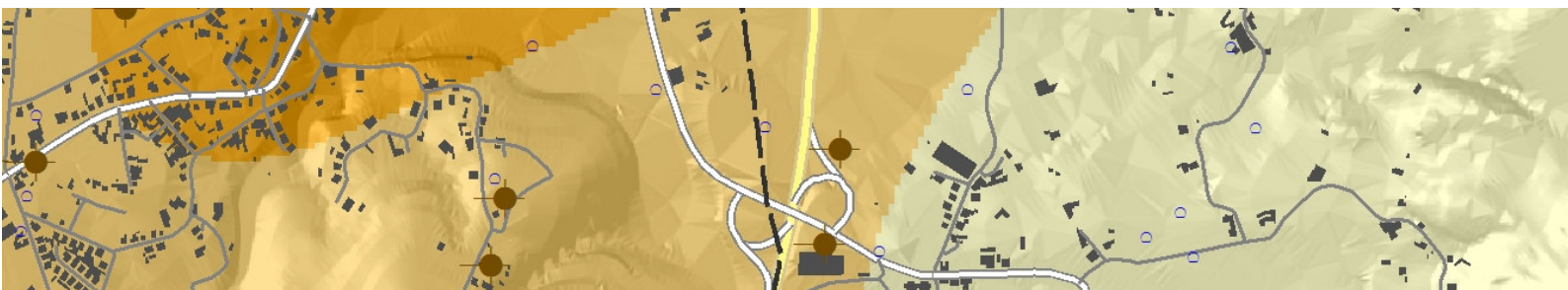




Câmara Municipal de Santo Tirso
Serviço Municipal de Proteção Civil

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



2014



Equipa técnica

Alexandra Carla Moreira (Arq. Paisagista)
 Ana Sistelo (Arq. Paisagista)
 Célia Fonte (Eng. Florestal)
 Cristina Miranda (Geógrafa)
 Tiago Lima (Eng. Ambiente)

Índice Geral

<i>Parte I</i>	12
<i>Enquadramento Geral do Plano</i>	12
1. Introdução	13
2. Âmbito de Aplicação	17
3. Objetivos Gerais	21
4. Enquadramento Legal	22
5. Antecedentes do Processo de Planeamento	23
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	25
7. Ativação do Plano	27
7.1. Competência para ativação do plano	27
7.2. Critérios para ativação do plano	29
8. Programa de exercícios	31
<i>Parte II</i>	32
<i>Organização da Resposta</i>	32
1. Conceito de Atuação	33
1.1. Comissões de Proteção Civil	34
2.1. Fase de Emergência	38
2.1. Fase de Emergência	38
2.2. Fase de Reabilitação	43
3. Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades	45
3.1.1. Fase de Emergência	48
3.1.2. Fase de Reabilitação	51
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio	55
3.2.1. Fase de Emergência	55
3.2.2. Fase de Reabilitação	57
<i>Parte III</i>	61
<i>Áreas de Intervenção</i>	61
1. Administração de Meios e Recursos	62
2. Logística	65
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção	65
2.2 Apoio logístico às populações	68
3. Comunicações	70

4. Gestão da Informação	76
5. Procedimentos de Evacuação	79
6. Manutenção da Ordem Pública	81
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	85
8. Socorro e Salvamento	87
9. Serviços Mortuários	90
10. Protocolos	97
<i>Parte IV</i>	98
Informação Complementar	98
<i>Secção I</i>	99
1. Organização Geral da Proteção Civil em Portugal	100
1.1. Estrutura da Proteção Civil	100
1.2. Estrutura das Operações	102
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil	106
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil	106
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de Alerta, Contingência ou Calamidade	110
2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso	113
<i>Secção II</i>	115
1. Caracterização Geral	116
2. Caracterização Física	118
3. Caracterização Sócioeconómica	137
4. Caracterização das Infraestruturas	145
5. Caracterização do Risco	151
5.1. Análise do Risco	151
5.2. Análise da Vulnerabilidade	214
5.3. Estratégias para a Mitigação de Riscos	229
6. Cenários	244
7. Cartografia	258
<i>Secção III</i>	260
1. Inventário de Meios e Recursos	261
2. Lista de Contactos	284
3. Modelo de relatórios e requisições	297
4. Modelo de comunicados	305
5. Lista de Controlo de Atualizações do Plano	307

6. Lista de Registo de Exercícios do Plano	309
7. Lista de Distribuição do Plano.....	313
8. Legislação	316
9. Bibliografia	321
10. Glossário.....	330
Lista de Acrónimos e Siglas	360

Índice de Figuras

Figura 1 – Riscos naturais e antrópicos no concelho de Santo Tirso.....	14
Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.....	18
Figura 3 – Reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Santo Tirso – Lei 11-A/2013, 28 de Janeiro.....	20
Figura 4 - Organigrama do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	36
Figura 5 – Organograma rede de telecomunicações.....	71
Figura 6 - Diagrama das telecomunicações.....	73
Figura 7 - Diagrama de indicativos rádio.....	74
Figura 8 – Carta das áreas de intervenção dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso.	82
Figura 9 – Carta das áreas de intervenção das forças de segurança do concelho de Santo Tirso.	83
Figura 10 – Organigrama da organização geral das operações.....	96
Figura 11 – Organigrama da Estrutura da Proteção Civil em Portugal.....	100
Figura 12 – Organigrama da estrutura das operações de proteção civil em Portugal.....	102
Figura 13 – Declaração da situação de alerta.	111
Figura 14 - Modelo digital do terreno.	118
Figura 15 – Carta de declives do concelho de Santo Tirso.....	120
Figura 16 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Santo Tirso.....	121
Figura 17 – Mapa da sismicidade registada no concelho de Santo Tirso, 1961-2006. ..	123
Figura 18 - Carta da Rede Hidrográfica do concelho de Santo Tirso.....	125
Figura 19 – Carta da População Residente do Concelho de Santo Tirso, 2011.....	138
Figura 20 - Taxa de variação da população residente (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso (2001-2011).	139
Figura 21 - Carta da Densidade Populacional Concelho de Santo Tirso, 2011.....	140

Figura 22 - Carta da população por setor de atividade, em número, por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011.	141
Figura 23 - Carta da Evolução do Índice de Envelhecimento (%), por freguesia, no Concelho de Santo Tirso, 2011.	143
Figura 24 – Carta do N.º de alojamentos por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011.	144
Figura 25 - Carta da Rede Viária Principal do Concelho de Santo Tirso, 2013.	145
Figura 26 – Fotografias da Estação Ferroviária de Santo Tirso	147
Figura 27– Carta de localização dos equipamentos que asseguram a proteção civil.	149
Figura 28 - Carta de localização dos equipamentos de vulnerabilidade especial e espaços económicos considerados perigosos, no concelho de Santo Tirso.....	159
Figura 29 - Carta de localização da linha ferroviária e infra-estruturas associadas no troço da linha de Guimarães que interceta o concelho de Santo Tirso.	160
Figura 30 - Mapa de Sinistralidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	166
Figura 31 - Mapa de Perigosidade Rodoviária do concelho de Santo Tirso.	167
Figura 32 – Imagem do google maps com a identificação dos acidentes rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	167
Figura 33 – imagem do google maps com os pontos negros rodoviários, no concelho de Santo Tirso.	168
Figura 34 – imagem do google maps com as fichas de caracterização individual de cada ponto negro rodoviário.	168
Figura 35 - Carta de risco de cheia do concelho de Santo Tirso – período de retorno de 100 anos.	172
Figura 36 - Carta de perigosidade a cheias e inundações urbanas.	173
Figura 37 – Carta de Risco de Cheia associada a Locais de Vulnerabilidade Especial.	174
Figura 38 – Extrato do ortofotomapa da união de freguesias de Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto e Burgães, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	174
Figura 39 - imagem do google maps com cheias/inundações, no concelho de Santo Tirso.....	175
Figura 40 – Imagem do google maps com as cheias lentas no concelho de Santo Tirso.	176
Figura 41 - Mapa de Colapso de Estruturas.	178
Figura 42 – Suscetibilidade a movimentos de vertente, no concelho de Santo Tirso. ..	181

Figura 43 - Mapa dos modelos de combustível florestal para o concelho de Santo Tirso	184
Figura 44 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	185
Figura 45 - Mapa de risco de incêndio florestal do concelho de Santo Tirso.	188
Figura 46 - Mapa de prioridades de defesa do concelho de Santo Tirso.	189
Figura 47 – Incêndios urbanos por ano de ocorrência no concelho de Santo Tirso. ...	193
Figura 48 - Carta de localização dos incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso.	195
Figura 49 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Edificado com idade superior a 25 anos, estimado por krigagem ordinária.	196
Figura 50 – Carta de susceptibilidade a incêndios urbanos, no concelho de Santo Tirso – Elipse direcional.	197
Figura 51 - Cenário Escola Inverno (exercício Livex).	204
Figura 52 - Cenário Escola Verão (exercício Livex).	205
Figura 53 - Suscetibilidade ao transporte de matérias perigosas: áreas de impacto. ...	206
Figura 54 – Extrato do ortofotomapa de Santo Tirso, Rio Ave e Rio Sanguinhedo, associado a locais que historicamente inundam.	220
Figura 55 – Extrato do ortofotomapa do Setor Este do concelho de Santo Tirso parte inicial da vertente de Nossa Senhora da Assunção, pertencente a S. Miguel do Couto, parte de Rebordões e de Roriz, aliado ao risco muito forte de áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertente.	223

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entidades intervenientes face à tipologia do risco que determinou a ativação do plano.	42
Tabela 2 – Ações a concretizar na fase de reabilitação e autoridades/entidades /organismos a envolver.	44
Tabela 3 - Agentes, Entidades e Organismos que têm especial dever de cooperação numa operação de Proteção Civil.	47
Tabela 4 – Grau de gravidade das ocorrências tipificado por uma escala de intensidades.	88
Tabela 5 - Atividade sísmica no distrito do Porto (01/01/1753 a 1/01/1991)	122
Tabela 6 - Médias Mensais da Frequência e Velocidade do Vento, I no período 1951-1980	131

Tabela 7 – Uso e ocupação do solo por freguesia, em hectares.....	135
Tabela 8 – Principais ligações estabelecidas pelas redes rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso.	148
Tabela 9 - Linha de Guimarães (do pk 35,440 a 39,090) - Ocorrências que motivaram a intervenção dos Bombeiros e PSP, no concelho de Santo Tirso.	162
Tabela 10 - Parâmetros geométricos das bacias hidrográficas e tempo de concentração de acordo coma fórmula de Giandotti.....	170
Tabela 11 - Modelos de combustível florestal.....	183
Tabela 12 -Valores de referência utilizados no cálculo da vulnerabilidade e do valor económico.....	187
Tabela 13 - Meios e recursos disponíveis que possam ser utilizados em situação de problemas de disponibilidade de água potável a nível concelhio.	209
Tabela 14 - Identificação dos períodos de seca, na estação da Serra do Pilar, entre 1975 e 2005.....	210
Tabela 15 – Risco de Acidente Industrial, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	215
Tabela 16 – Risco de Acidente Ferroviário, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	217
Tabela 17 – Risco de Acidentes Rodoviários, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	218
Tabela 18 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	219
Tabela 19 – Risco Hidrológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	221
Tabela 20 – Risco Geomorfológico, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso	222
Tabela 21 – Perigosidade de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	224
Tabela 22 – Risco de Incêndio Urbano, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	225
Tabela 23 – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.....	226
Tabela 24– Risco de seca, fatores determinantes e pontos críticos no concelho de Santo Tirso.	227
Tabela 25– Risco de Incêndio Florestal, fatores determinantes e pontos críticos, no concelho de Santo Tirso.	228

Tabela 26 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Industrial.....	233
Tabela 27 - Medidas de Prevenção a adotar – Acidentes graves de tráfego ferroviário	234
Tabela 28 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Acidente Rodoviário.	235
Tabela 29– Medidas de Prevenção a adotar – Risco Hidrológico.	236
Tabela 30 – Medidas de Prevenção a adotar – Colapso de Estruturas.	237
Tabela 31 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Geomorfológico.....	238
Tabela 32 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Florestal.	239
Tabela 33 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de Incêndio Urbano.	240
Tabela 34 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de acidente no transporte de mercadorias perigosas.....	241
Tabela 35 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco de seca	242
Tabela 36 – Medidas de Prevenção a adotar – Risco Sísmico.	243
Tabela 37 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente industrial.....	245
Tabela 38 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidente graves de tráfego ferroviário.	246
Tabela 39 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de acidentes rodoviários.	247
Tabela 40 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade – Risco de acidentes rodoviários.	248
Tabela 41 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de cheia.	249
Tabela 42 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Colapso de estruturas.	250
Tabela 43 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco Geomorfológico.	251
Tabela 44 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – incêndios florestais.	252
Tabela 45 – Prioridades de ação, recursos a mobilizar e medidas a adotar considerando o cenário mais desfavorável, de crítica gravidade	253
Tabela 46 - Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Incêndios urbanos. (Fonte: CMST/Proteção civil)	255

Tabela 47 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco de transporte de mercadorias perigosas.....	255
Tabela 48 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Seca.....	256
Tabela 49 – Atribuições e responsabilidades das áreas de intervenção constituintes da CMPC de acordo com os níveis de emergência – Risco sísmico.....	257

Homologação da Câmara Municipal

Para cumprimento do disposto no artigo 19º da Lei 65/2007, de 12 de novembro, e com base na Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, Resolução nº 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008, cumre-me enviar a V/Exa., para aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), em formato digital, elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do concelho de Santo Tirso homologado em reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), conforme ata, em anexo (ponto 2).

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador,

Alberto Costa, Dr.

Parte I

Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Santo Tirso é um plano geral que foi elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que ocorram no município.

O Diretor do Plano Municipal de Emergência é o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso podendo ser substituído pelo seu substituto legal e assume a Direção das atividades de Proteção Civil, competindo-lhe como Presidente da CMPC assegurar a condução e a coordenação das mesmas.

A Proteção Civil é uma atividade desenvolvida pelo do Estado, das Empresas e dos Cidadãos com vista à prevenção de riscos individuais e coletivos inerentes a situações de Acidente Grave ou Catástrofe, de origem natural ou tecnológica, e de minimizar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo aquando da ocorrência destas situações.

São cada vez mais as comunidades de indivíduos que têm sofrido, os efeitos mais ou menos destruidores de um acidente de origem natural. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, industrial e urbano da sociedade moderna, apesar de todos os benefícios que proporcionou à sociedade, contribuiu igualmente para um forte aumento da ocorrência de novos acidentes onde o Homem tem uma cota parte de responsabilidade.

Acidentes Graves ou Catástrofes são uma constante ameaça à vida, às infraestruturas, aos bens..., havendo a necessidade de planear e atuar quer a nível da proteção individual, quer a nível coletivo. Assim, a Proteção Civil, surge cada vez mais como uma atividade de grande responsabilidade para a sociedade com vista à manutenção da segurança das populações, e à gestão e atuação em caso de emergência.

Os riscos que apresentam uma maior probabilidade de ocorrência e consequências mais gravosas no concelho são os incêndios florestais e os acidentes rodoviários.

No entanto, não são de descurar os restantes riscos naturais e antrópicos que atuam no território concelhio (Figura 1); a sua prevenção é fundamental no sentido de garantir a segurança da população e salvaguarda do património.

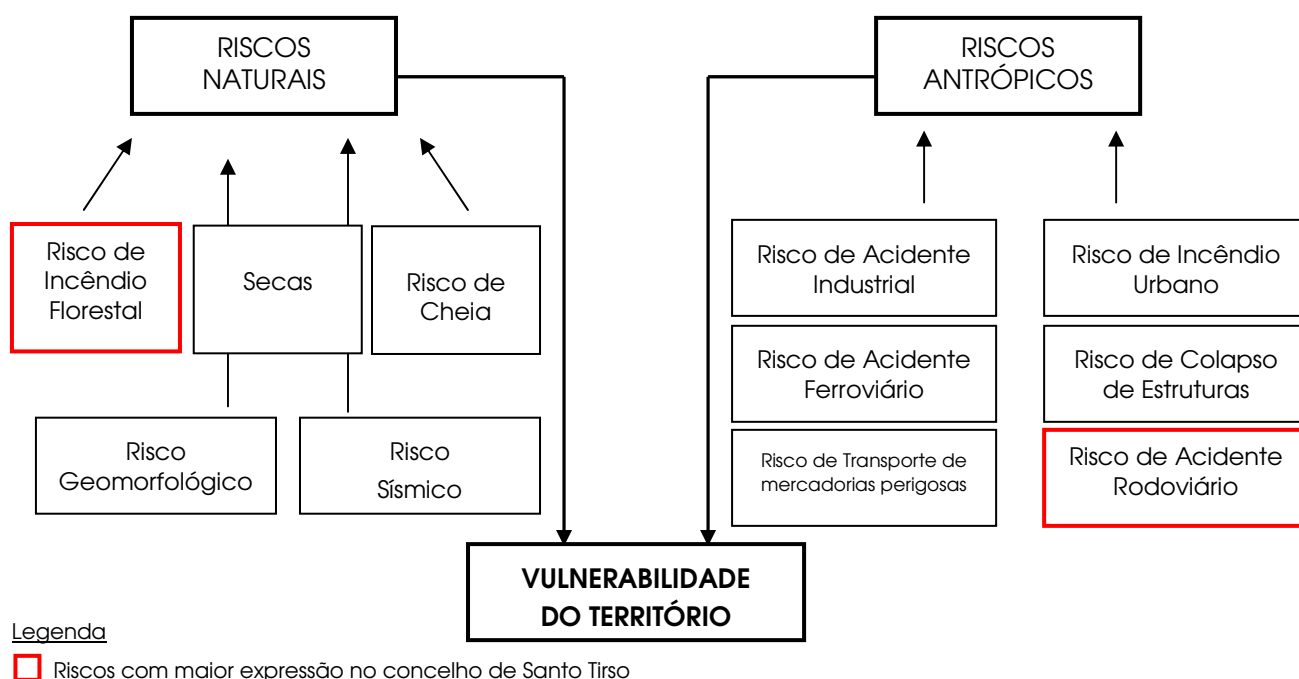


Figura 1 – Riscos naturais e antrópicos no concelho de Santo Tirso
 Fonte: CMST/Proteção Civil, 2014.

É essencial não esquecer o papel fulcral desempenhado pelo cidadão no seio da sociedade. Cada cidadão deve adquirir comportamentos e atitudes de autoproteção adaptadas à vida atual, assim como a adoção de medidas preventivas e procedimentos adequados.

Neste contexto o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) para o concelho de Santo Tirso é um instrumento que o Sistema Municipal passa a dispor para o desencadeamento das operações de Proteção Civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um Acidente Grave ou Catástrofe, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.

A Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), vem dar respostas às necessidades no domínio da Proteção Civil. É um órgão essencial à Autarquia, assegurando o controlo da situação e as ações a desencadear em situação de emergência.

Este Plano Municipal entra imediatamente em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação em Diário da República da respetiva deliberação de aprovação e será atualizado, sempre que se considere necessário.

A revisão do PMEPC à luz da Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008, constituiu-se como uma necessidade. Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 302/2008, de 18 de Abril, a Comissão Nacional de Protecção Civil, em reunião ordinária realizada em 10 de Fevereiro de 2010, deliberou por unanimidade aprovar o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Santo Tirso (Resolução n.º 4/2010, Diário da República, 2.ª série, N.º 38, 24 de Fevereiro de 2010).

Findo o prazo estabelecido pela Resolução 25/2008 de 2 anos para a sua revisão justifica-se a necessidade de reformulação do Plano.

Esta reformulação teve em consideração estudos elaborados – “Estudo cartográfico de riscos naturais e tecnológicos” – realizado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e “Contributo para a análise multi-risco no concelho de Santo Tirso” - Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Salienta-se que a revisão da cartografia de risco foi executada por um grupo de investigadores e coordenado pelo Professor Carlos Bateira depois de ter sido aprovada uma “candidatura apresentada pela Câmara Municipal à ON2 - Eixo III - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais”.

Acrescenta-se que no dia 21 de Abril de 2012 foi realizado um exercício de teste ao Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil (exercício de âmbito distrital).

Tratou-se de um exercício em contexto de sala – CPX - cujo cenário era o seguinte: um incêndio florestal de grandes dimensões, no Carvalhal, Pé da Serra e Moutela - freguesia de Agrela, que provocou a evacuação dos residentes dos lugares de Carvalhal, Pé da Serra e Moutela e dos moradores do complexo Habitacional de Gestão Municipal de Agrela e também um incêndio urbano.

Aponta-se como principal dificuldade na elaboração do Plano o ponto 5. Caracterização do Risco – 5.1. Análise do risco.

A avaliação de riscos ligados a diferentes fontes é geralmente feita através de análises independentes.

A pertinência de uma visão global do risco no espaço concelhio é uma realidade, optando-se, de acordo com as orientações fornecidas a nível nacional (ANPC), pela utilização de uma matriz de risco que em função dos graus de probabilidade e gravidade resultam diferentes graus de risco (tendo por base o Guia para a

Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil, ANPC, 2009).

No decorrer do trabalho evidenciaram-se dificuldades em quantificar a vulnerabilidade “grau de perda de um elemento ou conjunto de elementos vulneráveis, resultante da ocorrência de um fenómeno (natural ou induzido pelo Homem) com determinada magnitude ou intensidade” (Zêzere et al, 2005, p.2) pelo que se optou pela utilização da matriz de risco.

Sentiram-se ainda algumas dificuldades inerentes aos critérios que estão na base dos graus de probabilidade e gravidade – fundamentais para avaliação multi-risco. A apresentação de novos critérios configuraram-se essenciais para adequar à realidade concelhia e aos dados estatísticos recolhidos.

2. Âmbito de Aplicação

Este Plano de Emergência de Proteção Civil é de âmbito municipal, sendo aplicável a todo o território do concelho de Santo Tirso. São identificados, na Parte IV, Secção II, ponto 5 deste Plano informações relativas às diferentes tipologias de risco que podem afetar o território municipal: acidentes industriais, acidentes graves de tráfego ferroviário, acidentes graves de tráfego rodoviário, cheias, colapso de estruturas, deslizamentos, incêndios florestais, incêndios urbanos, transporte de mercadorias perigosas, secas e sismos.

O presente Plano é flexível para fazer frente a novos acidentes devido à perceção de novos riscos ou identificação de novas vulnerabilidades. Este Plano será revisto aquando da perceção de novos riscos ou da identificação de novas vulnerabilidades (n.º 3, Artigo 6.º, Diretiva 25/2008).

O concelho de Santo Tirso situa-se na região Noroeste do País, tendo como limite Norte os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a Nordeste confina com o concelho de Vizela e Lousada, a Este com o concelho de Paços de Ferreira, a Sul com o concelho de Valongo e a Oeste está circunscrito pelos concelhos da Trofa e da Maia (Figura 2; Secção II, Parte IV - Carta 1).

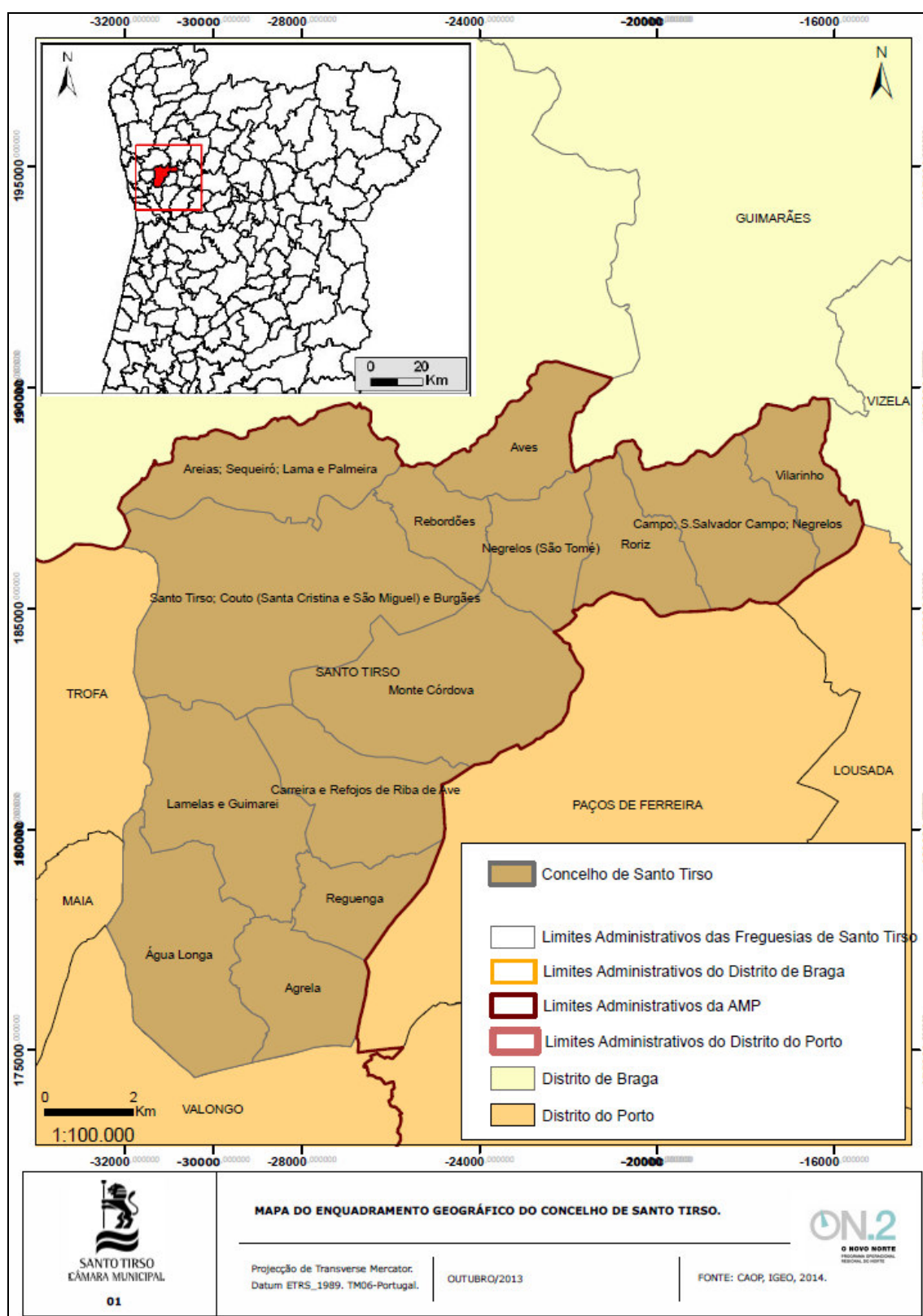


Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.

Inserido na região Norte, Santo Tirso pertence ao distrito do Porto e está integrado na NUT III – Grande Porto.

O concelho de Santo Tirso tem uma área de cerca de 139,9 km² e subdivide-se, atualmente, em 9 freguesias e 5 uniões de freguesias (Despacho n.º 11540/2013, Diário da República, 2.ª série — N.º 171 — 5 de setembro de 2013):

Agrela; Água Longa; Aves; Monte Córdova; Negrelos (São Tomé); Rebordões; Reguenga; Roriz; União das freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira; União das freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede); União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave; União das freguesias de Lamelas e Guimarei; União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães; Vilarinho.

A união das freguesias no concelho de Santo Tirso se por um lado veio simplificar a organização do território e a sua própria gestão, por outro contribui em termos de análise espacial e planeamento para uma visão mais grosseira do território municipal.

A divisão administrativa anterior permitia em termos de análise de indicadores estatísticos, infra-estruturas existentes, análise do risco uma visão mais fina do concelho de Santo Tirso. Não descurando a organização atual das freguesias - agregação - em algumas situações e para que a análise espacial seja otimizada optou-se pela análise territorial de acordo com as designações antigas das freguesias.

(Ver figura 3)

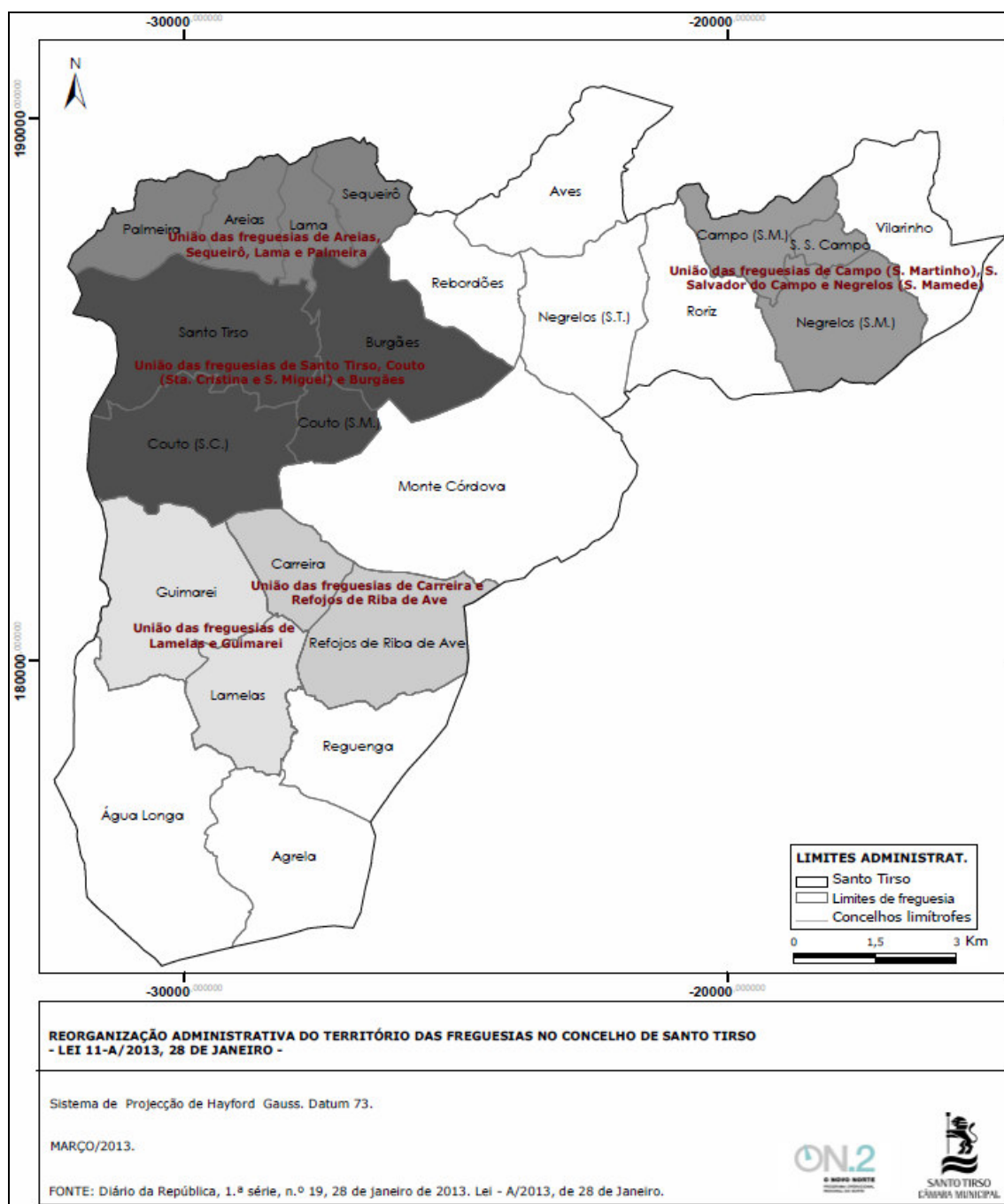


Figura 3 – Reorganização administrativa do território das freguesias no concelho de Santo Tirso – Lei 11-A/2013, 28 de Janeiro.

3. Objetivos Gerais

Este Plano tem como objetivos gerais:

- ✓ Providenciar, através de uma resposta coordenada, todas as condições e meios necessários capazes de atenuar os efeitos negativos de um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- ✓ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- ✓ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- ✓ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- ✓ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- ✓ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- ✓ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- ✓ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, 2.ª série, N.º 138, Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil;

- Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal, organização dos Serviço Municipais de Proteção Civil e competências do Comandante Operacional Municipal;

- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio;

- Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil. (Alterados os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50º, 53º e revogados o n.º 2 do artigo 34.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro)

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A 1ª edição do PMEPC de Santo Tirso é de 1999 e foi aprovada pela Comissão Nacional de Proteção Civil a 26 de fevereiro de 2002.

O Plano foi revisto em 2009 à luz da directiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, publicada no Diário da República de 18 de julho de 2008. Foi alterada significativamente a estrutura e o conteúdo do PMEPC.

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 302/2008, de 18 de Abril, a Comissão Nacional de Protecção Civil, em reunião ordinária realizada em 10 de Fevereiro de 2010, deliberou por unanimidade aprovar o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Santo Tirso (Resolução n.º 4/2010, Diário da República, 2.ª série, N.º 38, 24 de Fevereiro de 2010).

O Plano Municipal de Emergência do concelho de Santo Tirso nunca foi ativado.

Tal como foi referido anteriormente realizou-se um exercício de teste ao PMEPC.

A realização de exercícios tem como finalidade testar a operacionalidade dos planos, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil e garantir a manutenção de eficácia do plano e das organizações intervenientes (nº 1 do artigo 9º da Resolução nº 25/2008).

Neste contexto, e em parceria com a Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto, realizou-se, em Santo Tirso, no dia 21 de abril de 2012, um exercício de âmbito distrital – Jesuíta 2012 - que em simultâneo testou o PMEPC deste concelho.

As datas de atualização e identificação dos conteúdos revistos no plano constam da Parte IV, Secção III, ponto 5 “Lista de Controlo de Atualizações do Plano”.

A disponibilização pública das componentes não reservadas do Plano foi efetuada a partir do dia vinte e nove de Maio de dois mil e catorze por um período de 30 dias e o mesmo pôde ser consultado no Serviço Municipal de Protecção Civil, localizado na Rua Dr. José Cardoso iranda, 18, 4780-451 Santo Tirso. Apresenta-se, em Anexo Editais da consulta pública (Ponto 1 dos Anexos).

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTO TIRSO - Parte I

O parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil de Santo Tirso foi obtido no dia 16 de Julho de 2014, em reunião, no Salão Nobre da Câmara Municipal. O Plano foi aprovado por unanimidade dos presentes, conforme ata apresentada em Anexo.

6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

A equipa técnica do Plano Diretor Municipal integra elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil/Gabinete Técnico Florestal.

O Plano Diretor Municipal define as regras e princípios a que obedecem o uso, ocupação e transformação do solo, em todo o território do município de Santo Tirso. Neste contexto foram levantadas, analisadas e diagnosticadas as condicionantes biofísicas e humanas existentes no município, que se refletem no regulamento, planta de ordenamento e planta de condicionantes que constituem os elementos fundamentais do Plano Diretor Municipal (PDM).

O PDM de Santo Tirso integra, no seu relatório um capítulo designado “Qualificação ambiental”. No sub-capítulo 4.5 “Prevenção de riscos naturais” são focados os riscos de cheias, de incêndio florestal e a suscetibilidade geomorfológica (informação que verteu do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios).

Incidem sobre o território municipal os seguintes planos sectoriais, que vinculam as entidades públicas:

- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 2 (RH2) designado PGBH Cávado, Ave e Leça - RCM n.º 16-D/2013, de 22 de março;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho – Decreto Regulamentar 17/2007, de 28 de março; Vide Portaria n.º 62/2011, de 2 de Fevereiro, D.R. n.º 23, Série I – Identifica os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de 21 PROF. - “Artigo 2.º – Suspensão parcial dos PROF – É suspensa, pelo prazo de dois anos, a aplicação dos seguintes artigos dos Regulamentos dos PROF: b) Artigo 35.º e artigos 37.º a 41.º do regulamento anexo ao Decreto Regulamentar n.º 17/2007, de 28 de Março, que aprova o PROF do Baixo Minho”.
- Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) – DL 228/98, de 17 de julho.

Sobre o território municipal impendem várias Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.

Para efeitos de exemplificação de articulação com o Plano Municipal de Emergência destacam-se:

- Domínio Hídrico;
- Margens e Zonas Inundáveis;
- Recursos naturais (Pedreiras, Águas Minerais Naturais e Águas Subterrâneas para Abastecimento Público);
- Reservas nacionais (Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional);
- Áreas percorridas por incêndios;
- Infraestruturas de distribuição (Abastecimento de água, linhas elétricas, gás);
- Rodovias (Estradas nacionais e Estradas e Caminhos Municipais);
- Vias-férreas;
- Ruído: zonas sensíveis e mistas;
- Produtos explosivos.

A carta de Risco de Incêndio Florestal está também inserida no Plano Diretor Municipal.

7. Ativação do Plano

7.1. Competência para ativação do plano

É da competência da *Comissão Municipal de Proteção Civil* determinar o acionamento do plano, quando tal se justifique (Lei n.º 65/2006, de 12 de novembro, Artigo 3.º).

Em situação de acidente grave ou catástrofe, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas operações de proteção civil de harmonia com os planos de emergência previamente elaborados, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de caráter excecional a adotar (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, Artigo 16.º).

Decorrente da natureza do acidente a ativação do PMEPC pode ser determinada por uma composição reduzida da Comissão Municipal de Proteção Civil, sempre presidida pelo Presidente da Câmara Municipal.

A composição reduzida da CMPC deve integrar:

- Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competência delegada;
- Coordenadora do SMPC/COM;
- Responsável pela Divisão de Comunicações e Relações Públicas Internacionais;
- Coordenadores das áreas de intervenção envolvidas nas operações, dependendo da necessidade:
 - Coordenadores da área de intervenção de socorro e salvamento, especificamente os corpos de bombeiros da área ou áreas afetadas;
 - Coordenadores da área de intervenção de procedimentos de evacuação e manutenção da ordem pública, especificamente as forças de segurança da área ou áreas afetadas;
 - Coordenadores da área de intervenção da Logística – Diretora de Departamento de Desporto Educação Cultura e Ação Social; Chefe da divisão de Obras Municipais e representante dos Serviços de Segurança Social e Solidariedade;

- Coordenador da área de intervenção dos Serviços Mortuários – Magistrado do Ministério Público;

Dependendo da natureza do acidente e área geográfica afetada ou temática a tratar, constituem também a CMPC reduzida:

- Gabinetes técnicos do serviço municipal de proteção civil adequados à natureza do acidente.
- Autoridades, entidades ou organismos adequados à natureza do acidente;
- Representante da(s) Junta(s) de freguesia afetada(s).

Os procedimentos de publicitação da ativação do PMEPC pode ser feita através de:

- Estações de rádio locais (Nova Rádio Voz de Santo Tirso, frequência 98.4 FM);
- Canal televisivo de Santo Tirso (Santo Tirso TV);
- Estações televisivas;
- Divulgação via Internet, como por exemplo através do site da Câmara Municipal de Santo Tirso (www.cm-stirso.pt);
- Instruções difundidas por altifalantes dos veículos das forças de segurança e corpos de bombeiros;
- Pessoalmente, através dos membros das unidades locais de proteção civil ou outros voluntários;

De igual forma a desativação do Plano Municipal de Emergência é feita pelos meios usuais de comunicação e divulgação públicas.

7.2. Critérios para ativação do plano

O PMEPC de Santo Tirso é ativado quando existe iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, planeamento e informação.

O PMEPC deve ainda ser ativado sempre que os meios e recursos existentes sejam insuficientes na gestão e controle da ocorrência.

O PMEPC deve ser ativado quando os danos e prejuízos são expressamente avultados, implicando o empenhamento e possível esgotamento dos meios e recursos a empregar. Evidente aplicação do princípio da subsidiariedade.

Cabe à CMPC avaliar a necessidade de ativação do plano de acordo com a natureza e magnitude do acidente grave ou catástrofe.

Tratando-se de um plano geral torna-se difícil quantificar os parâmetros a partir dos quais se justifique ativar o mesmo. No entanto, para fazer face a este problema definiu-se que o PMEPC seria ativado quando na ocorrência de um acidente grave ou catástrofe se verifique um dos seguintes critérios:

- N.º de mortos superior a 50 pessoas;
- N.º de feridos graves superior a 50 pessoas;
- N.º de desalojados superior a 20 famílias;
- Danos nos bens e património (habitações danificadas - desalojando mais de 20 famílias, edifícios indispensáveis às operações de proteção civil afetados, danificação de monumentos nacionais);
- Danos e/ou impedimentos totais em vias rodoviárias essenciais à circulação no Município por um período superior a 12 horas;
- Danos nos serviços e infraestruturas (suspensão do fornecimento de água, energias, telecomunicações) durante um período de 3 dias consecutivos;
- Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, libertação de matérias perigosas para a atmosfera) durante um período de 2 dias consecutivos, diminuindo este período segundo os caudais registados ou quantidades de substâncias libertadas aumentem; Incêndios florestais que provoquem um n.º de mortos superior a 50 pessoas ou n.º de feridos graves superior a 50 pessoas, ou n.º de desalojados superior a 20 famílias.

- Sismo cuja intensidade ou magnitude tenha provocado um n.º de mortos superior a 50 pessoas ou n.º de feridos graves superior a 50 pessoas, ou n.º de desalojados superior a 20 famílias.

O plano será desativado quando deixarem de existir os pressupostos que determinaram a sua ativação ou quando a gestão da situação de emergência tende para uma operação de rotina que não implica a adoção de medidas especiais de resposta de Proteção Civil.

A desativação do PMEPCP e consequente desmobilização operacional ocorrem mediante decisão da CMPC.

8. Programa de exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Desta forma, prevê-se a realização de exercícios LivEx, exercícios de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

Será realizado um exercício LivEx após a aprovação da revisão do presente Plano e no prazo máximo de 180 dias (n.º 3, art. 9.º da Resolução n.º 25/2008).

Planeia-se a realização destes exercícios pelo menos anualmente.

De referir que o Serviço Municipal de Proteção Civil, nomeadamente os serviços técnicos dos serviços gerais, serviços urbanos, gabinete técnico florestal, polícia municipal e os comandos dos bombeiros voluntários do município, dispõem já de um sistema de comunicações de escuta permanente com frequência própria.

Esta rede poderá também ser ligada em sistema de simplex, o que possibilita a constituição de grupos de trabalho.

Na parte IV, secção III, ponto 6 encontra-se uma lista tipo do registo da realização de exercícios.